

Inclusão e linguagem: Uma aposta na hospitalidade**

Cecilia Moia: O que a linguagem inclusiva representa para você?

Débora Tajer: Para mim, a linguagem inclusiva é um processo que se iniciou há muitos anos, antes que tivesse esse nome. Há 30 anos, quando comecei a trabalhar na área de estudos da mulher, me deparei com um debate sobre o uso do masculino genérico em espanhol, a ideia de que o coletivo se enuncia por meio do masculino, o que me impactou. Nesse momento, fiquei muito interessada pela questão de poder falar no feminino, com a letra *a*. Isso era importante. Um bom exemplo é quando, para se referir a um grupo de sete mulheres e um homem, se fala no masculino. Uma minoria determina a denominação de uma maioria. Esse foi meu primeiro contato com o que hoje se chama linguagem inclusiva, a qual foi se modificando ao longo do tempo. O campo foi ficando mais complexo. Sempre estamos em dois campos: o acadêmico, dos estudos de gênero, da mulher; e o dos coletivos políticos e sociais feministas e LGBTQ+. Depois, começou a se apresentar a questão da inclusão da diversidade identitária, das pessoas que não se consideram nem homens nem mulheres. Veio daí a ideia de usar as letras *e* e *x*. A letra *e* se usa mais para falar, e a letra *x*, para escrever. A ideia fundamental é que o genérico masculino não inclui todo mundo, e o que se considera “todo mundo” vai ficando cada vez maior, com novas vozes. Para mim, a linguagem inclusiva representa a possibilidade de tornar audíveis/legíveis vozes que não o são por estarem subsumidas no genérico masculino.

CM: Nesse sentido, você inclui isso em sua fala? Você emprega a linguagem inclusiva? Como é sua experiência com ela?

DT: Com relação a mim mesma, falo no feminino, o que já é inclusivo. E há uma questão geracional. As novas gerações falam mais com *e* porque têm outra vivência. Eu venho de um mundo binário. Trabalhei muito para sair da hierarquia do binarismo nas palavras e nos fatos. Isso é importante para nós que fomos tratadas como minoria. Esse debate provavelmente não interessa aos grupos hegemônicos, porque eles não têm nenhum problema, se sentem incluídos no genérico masculino. É um tipo de colonialismo. A linguagem tem suas marcas coloniais. Na prática, quando trabalho com pessoas jovens, o que faço é um sinal, que incluo de vez em quando. Também lhes peço que me escutem na diversidade, na diferença. Tenho muito cuidado quando atendo pacientes que fizeram transição identitária: utilizo o pronome que elu escolher; presto bastante atenção para usar o pronome que a pes-

* Doutora em psicologia pela Universidade de Buenos Aires, com pós-doutorado em estudos de gênero pela Universidade de Ciências Empresariais e Sociais.

** Entrevista realizada por Cecilia Moia e José Galeano, via Zoom, em 7 de novembro de 2022.

soa escolheu para designar a si mesma. Incluo ainda algo que aprendi, que é perguntar como a pessoa quer ser chamada.

CM: Há uma implicação no vocativo. Uma moça trans me disse que, para ela, o que estava em jogo com a letra *a* era um destino. Não é tanto o uso, mas sim a partir de que lugar falar.

DT: É isso. É a intencionalidade. Para mim, o que importa é que a pessoa se sinta incluída. É a hospitalidade, é uma das formas da hospitalidade.

CM: Com a ideia de processo, você mostra que a modificação da linguagem acompanha uma mudança de estrutura e de pensamento.

DT: Sim. Enquanto escutava o que você dizia, eu pensava em outras coisas. É um problema para a literatura. Numa conferência a que assisti, Leonardo Padura se mostrava preocupado com o uso do inclusivo na literatura. Entendo que, como escritor, sua preocupação é escrever bem, a boa literatura. Quando eu trabalhava numa escola secundária, a professora de língua apresentava a mesma preocupação. Eu concordo que é preciso ensinar a gramática com suas regras. Não é uma questão de que não há conflitos. Eles existem e são parte da discussão. Eu me refiro ao valor que isso tem para o docente e para o psicanalista.

CM: Como você pensa esse processo com base em sua experiência? Em nossa sociedade [Argentina], ele tem um viés politizado, situando-se em certas representações políticas. Seria possível uma despolitização?

DT: Mas é político. Não há como despolitizar algo que é político. Não me parece possível. É uma utopia. Acontece que há um partidarismo. O problema é daqueles que alimentam isso. Lamentavelmente, não se pode escolher que a pauta de gênero faça parte da discussão política, e a direita a tomou e criou um conceito antidireitos: “a ideologia de gênero”. Esse é um tema complexo. Infelizmente, nossos sonhos são seus pesadelos. Para a direita, não seria nenhum problema nós, mulheres, voltarmos à cozinha, e as diversidades, ao armário. Aí está o que diz [o cantor Joan Manuel] Serrat: “Entre esses caras e mim, há algo pessoal”. Estava vendo hoje minha conferência TED, que tem 25 mil visualizações. Nos comentários, há gente que diz: “Bela conferência, pena que usou linguagem inclusiva”. Para mim, é um comentário lamentável. Se você acompanhar o vídeo, verá que a uso duas vezes aos 13 minutos, mas algumas pessoas ouvem linguagem inclusiva e não querem ouvir. É um problema muito sério o delas.

CM: Você pôs em palavras algo que eu não estava conseguindo formular muito bem, e que tem a ver com o termo *partidarismo*. Minha ideia não era retirar o aspecto político da linguagem inclusiva, mas esse viés partidário ao qual ficam ligadas certas questões.

DT: O partidarismo é um grande problema. Seria interessante que o que estamos discutindo fosse um tema comum, mas a verdade é que há setores políticos que são mais favoráveis às diversidades e aos feminismos. Na Argentina, o casamento igualitário, a lei da identidade de gênero e a lei do aborto têm um momento histórico. São dados concretos, não invenções nem expressões de desejos e boas intenções.

CM: Vamos contar um pouco como se deu a escolha desse tema. Nós integramos uma seção que se chama Incidente, situada fora do tema principal da revista, sobre certos temas que persistem. A temática da linguagem inclusiva nos interpelou a todos a partir do âmago da revista, o que aconteceu da seguinte maneira: durante a pandemia, produzimos um número chamado *Como faremos para viver juntos?*, e uma colega, de modo bastante oportuno, disse “Juntos? Por que juntos?”; surgiu então a pergunta sobre qual era a política editorial em relação à linguagem inclusiva. Foi interessante isso. A pergunta se dirigia à equipe editorial. Começar a ver como isso incide em distintas disciplinas, sem tomar uma posição.

DT: É um pouco o que conversávamos com José. No meu livro mais recente, fiz uma reflexão sobre a linguagem inclusiva, porque tive que pensar a respeito. Recapitulei desde quando uso a linguagem inclusiva. Uso a barra os/as há 20 anos pelo menos, mas agora a demanda é outra. Algumas revistas não aceitavam; depois, começaram a aceitar. Então, eu me perguntei: “Vou usá-la?”. Propus uma discussão no Facebook, e muitas pessoas me responderam, inclusive acadêmicas, me contando sua experiência. Aí tomei a decisão de usar o x. Na escrita, me parece mais cômodo, porque cada um lê como quer.

CM: Aí pensamos nisto: quando deixamos a obra de arte nos interpelar, isso de cada um ler como quer.

DT: Cada um interpreta como quer, numa tentativa de não incomodar. A mim me agrada a ideia de ler com facilidade. Algumas pessoas gostam de ser disruptivas. Não é meu estilo. O que me interessa é comunicar. Tento chegar à maior quantidade de gente possível, sempre sabendo que nem todo mundo vai gostar do que digo. Também não tenho a pretensão de ser amada por todos; já superei essa ferida narcísica. O x muda pouca coisa. Também uso palavras neutras. É o que se recomenda. Há até alguns guias sobre linguagem inclusiva.

José Galeano: Fale um pouco sobre seu livro *Psicanálise para todxs*. O que poderia nos dizer?

DT: O livro foi muito bem recebido. Escolas psicanalíticas e diversos lugares do exterior estão me convidando para apresentá-lo. Dizem que é algo novo, que os interessa. A editora comentou comigo que é o primeiro livro psicanalítico a sair com x, pelo menos na Argentina. Ele foi traduzido para o português, e no Brasil também é o primeiro livro psicanalítico com x.

CM: Você acha que há algo na linguagem inclusiva que possa ser uma moda, um clichê?

DT: Acho que há como que uma construção imaginária sobre o clichê. Mas quem realmente usa a linguagem inclusiva, não vejo como algo clichê, e os que mais usam são os jovens, que se sentem muito cômodos, o que tem a ver com o fato de viverem um mundo menos binário. Em 2018, quando fizemos uma grande intervenção no Colégio Nacional de Buenos Aires, trabalhamos com os alunos, as famílias e os docentes. Es adolescentes nos diziam “Expliquem a nossas famílias que nosso mundo é diferente”, assim como meu mundo adolescente foi diferente do mundo de meus pais. Isso também me aconteceu na cadeira de gênero, de que sou responsável, quando os docentes mais jovens começaram a falar com e, e eu não: “O que fazemos?”. Eu lhes disse: “Me respeitem, me escutem”.

CM: Sua posição me parece interessante. Você se situa em relação a sua própria subjetividade, se dá conta de um processo pessoal. Outro dia uma paciente – uma jovem – comentou comigo: “Se você me diz ‘Como estão seus amigos?’, eu penso em meus amigos homens; se me diz ‘suas amigas’, penso em minhas amigas mulheres; se me diz ‘amigues’, entendo que inclui todos, mas te respeito, e tenho a possibilidade de perguntar ‘A quem você se refere?’”.

DT: Sim, acho que essa é uma das maneiras pelas quais se dá a relação com o semelhante que não é uno, como outras questões. Você acolhe.

CM: Você usou um conceito que engloba isso: hospitalidade.

DT: Sim, exatamente.

CM: Como você pensa, a partir da psicanálise, a relação desse tema com a questão do poder?

DT: O subtítulo do meu livro é *Por uma clínica pós-patriarcal, pós-heteronormativa e pós-colonial*.¹ Venho de uma linha que hoje se denomina feminismo freudiano, que há muito tempo aborda o estatuto do feminino na psicanálise. Chegamos a trabalhar com o poder, as diversidades. O poder não é só o gênero. Trabalhamos com o que hoje se chama interseccionalidade, que confere poder e que retira poder. A dimensão do poder na psicanálise tem uma raiz histórica. Não começamos a falar dessas questões hoje, mas agora elas são formuladas de maneiras distintas, e aí está a ideia de dar voz às experiências desiguais. A psicanálise nasceu dando voz às mulheres, mas para reconduzi-las à heteronormatividade e ao patriarcado. É importante não reconduzir as pessoas àquilo de que decidiram fugir para sair do mal-estar excessivo que os dispositivos de poder produzem.

Tradução do espanhol: Ricardo Duarte